



TERMO DE REFERÊNCIA	
Data:	Joaçaba SC, 26/02/2025
De:	Secretaria de Municipal de Saúde
Para:	Secretaria de Administração e Finanças – Compras, Licitações e Contratos
Assunto:	Solicitação de Abertura de Processo Licitatório

**PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A
REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO TCGA – TERMO DE GARANTIA DE
ACESSO – PPI AMBULATORIAL**

1. OBJETO

Credenciamento de empresas/clínicas para a realização de procedimentos do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada).

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação por meio de **credenciamento de empresas/clínicas** visa garantir a prestação de serviços de média complexidade no âmbito do **TCGA – Termo de Compromisso de Garantia de Acesso – PPI Ambulatorial**, com o objetivo de atender de maneira eficiente e contínua as demandas de saúde do município de Joaçaba/SC, bem como da população referenciada de outros municípios da região.

O credenciamento se justifica pelo caráter essencial e contínuo dos serviços de saúde, os quais devem ser acessíveis a toda a população de maneira equânime, respeitando o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, considerando a necessidade de garantir a ampla participação de prestadores habilitados e a eficiência na contratação, o credenciamento se mostra como a modalidade mais adequada, pois permite a adesão de todas as empresas e clínicas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os procedimentos a serem prestados estão relacionados no BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC (**Anexo I**), dentre os quais farão parte do objeto deste credenciamento, os abaixo relacionados:

1) GRUPO 0202 – Diagnóstico em laboratório clínico/0214 Diagnóstico por teste rápido.

- A credenciada deverá realizar os procedimentos conforme autorização via SISREG, devendo proceder a confirmação da guina no sistema mediante execução dos procedimentos;
- A entrega dos laudos deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da coleta do material, podendo ocorrer variação em casos específicos de maior complexidade.

2) GRUPO 0203 – Diagnóstico por anatomia patológica e Citopatologia.

- A credenciada deverá realizar os procedimentos conforme autorização via SISREG, devendo proceder à confirmação da guia no sistema mediante execução dos procedimentos;
- Os laudos deverão ser entregues no prazo de até 15 (quinze) dias contados da solicitação, podendo ocorrer variação em casos específicos de maior complexidade.

3) PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5 – Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor (APAE)

- A credenciada deverá fornecer o acesso aos pacientes via SISREG para o primeiro atendimento, realizando o acompanhamento conforme a necessidade individual de cada paciente, bem como mantendo registro atualizado dos serviços realizados.

3.2. A credenciada deverá realizar os procedimentos conforme a demanda dos municípios.

3.3. O credenciamento poderá ocorrer em 01 (um) ou mais procedimentos descritos acima, a critério do proponente.

3.4. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante autorização do Sistema de Regulação - SISREG.

3.5. A credenciada deverá realizar os procedimentos em estabelecimento localizado no Município de Joaçaba.

3.6. A autorização do exame só poderá ser realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

3.7. Os usuários destes serviços são também usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra referência, devidamente autorizado pelo setor de Regulação, Controle e Avaliação.

3.8. Na execução do objeto deste credenciamento a empresa credenciada deverá manter cadastro dos usuários do SUS atendidos, permitindo o monitoramento, controle e a supervisão dos serviços.

3.9. A empresa credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

3.10. Fica a critério do(s) paciente(s) a escolha do estabelecimento credenciado para a realização do serviço.

4. OBRIGAÇÕES

4.1. DA CONTRATADA:

4.1.2. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações descritas no item 3 – DA FORMA DE EXECUÇÃO, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

4.1.3. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

4.1.4. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

4.1.5. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

4.1.6. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

4.1.7. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

4.1.8. Prestar os serviços dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade, sob pena de desc credenciamento, de acordo com a Lei 8.080/90;

4.1.9. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

4.1.10. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

4.1.11. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

4.1.12. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução dos serviços;

4.1.13. Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da credenciada;

4.1.14. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames para à execução dos serviços;

4.1.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

4.1.16. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

4.1.17. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

4.1.18. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

4.1.19. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

4.1.20. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

4.1.21. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

4.1.22. A empresa credenciada deverá utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria de Saúde até o final do contrato. Em caso de troca de sistema por parte da SMS a empresa Credenciada terá 20 dias para realizar as trocas e as adequações necessárias.

4.2. **DA CONTRATANTE:**

4.1.1. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo interessado/credenciado;

4.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do credenciamento, através de servidor designado;

4.1.3. Registrar por escrito todas as falhas da credenciada e as solicitações de melhoria;

4.1.4. Comunicar à credenciada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.5. Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos;

4.1.6. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

4.1.7. Efetuar o pagamento à credenciada no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

5.1. Cópia da carteira profissional e certificado de especialidade devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe.

5.2. Alvará devidamente vigente emitido pela Vigilância Sanitária Municipal.

5.3. Comprovação de capacidade para a execução do objeto, mediante apresentação de documento no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, serviço igual ou semelhante ao da contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

6.1. O critério de seleção é o previsto no Art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.

7. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

7.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do **Anexo I**, obedecendo ao teto mensal estabelecido pelo TCGA- Termo de Compromisso de garantia e Acesso.

7.2. A remuneração referente ao procedimento 03.01.07.007-5 – atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor (APAE) corresponderá aos valores que constam do Anexo I, obedecendo ao Teto Financeiro MAC dos Municípios.

7.3. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos conforme repasse regular dos recursos do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

7.4. O Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) deverá ser encaminhado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço, o qual será confrontado com o relatório de produção do SISREG;

7.5. O pagamento será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do envio da produção ambulatorial no SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS).

7.6. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária somente para as Credenciadas que tiverem conta em banco público (Caixa ou Banco do Brasil), e que demonstrarem interesse neste procedimento mediante declaração no Pedido de Credenciamento. Para os demais casos o pagamento será efetuado via boleto bancário.

7.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

7.8. Endereço de e-mail para arquivo XML: controleeavaliacaojba@outlook.com

7.8.1. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

7.9. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. O Credenciante, através do(a) Sr(a). MARIANA ZOPELETTI, acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços.

8.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante

de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. O representante da Credenciante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. A Gestão deste Termo de Credenciamento será realizada pelo(a) Sr(a). MARIANA ZOPELETTI.

8.5. O Fiscal e Gestor do Termo de Credenciamento contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.

8.5.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor do Termo de Credenciamento.

8.6. Constatada alguma irregularidade na execução do objeto, o Credenciante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores deverão ser solicitadas ao responsável do órgão gerenciador, em tempo hábil, visando às medidas convenientes.

8.8. De acordo com a Seção II, Art. 13 do Decreto nº 6.764, de 09 de março de “Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela complexidade do objeto, poderá ser dispensada a designação de gestor do contrato, hipótese em que o fiscal do contrato, designado na forma do art. 9º, desempenhará cumulativamente as atribuições dispostas nos incisos II a VII do art. 8º”.

9. VIGÊNCIA

9.1. O credenciamento terá uma vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se a partir da publicação do edital. No entanto, é possível prorrogar sua duração contratual por um período de no máximo 60 (sessenta) meses.

9.2. Caso a Secretaria Municipal de Saúde optar pela prorrogação do Termo de Credenciamento, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

9.3. Os valores somente serão revistos se, na vigência do Termo de Credenciamento, houver alterações no BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC (Anexo I).

10. ESTIMATIVA DE VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Os valores somente serão revistos se, na vigência do Termo de Credenciamento, houver alterações no BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC (Anexo I).

- GRUPO 0202 – Diagnóstico em laboratório clínico/0214 Diagnóstico por teste rápido.
- GRUPO 0203 – Diagnóstico por anatomia patológica e Citopatologia.
- PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5 – Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor (APAE).

GRUPO	DESCRIÇÃO	FINANCEIRO ANUAL
0202	Diagnóstico em laboratório clínico/0214 Diagnóstico por teste rápido.	R\$ 1.082.312,40
0203	Diagnóstico por anatomia patológica e Citopatologia.	R\$ 2.089.545,12
PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5	Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor (APAE).	R\$ 26.593,35

10.2. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 18.001 – FUNDO DE SAÚDE

Despesa: 29

Projeto Atividade: 2.124 – BLMAC: Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.600.0000.0124 (PPI)

10.3 O valor total estimado para este credenciamento é de **R\$ 3.198.450,87** (três milhões cento e noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), que serão distribuídos de acordo com os procedimentos credenciados, da seguinte forma:

GRUPO 0202 – Diagnóstico em laboratório clínico/0214 Diagnóstico por teste rápido.

➤ R\$ 1.082.312,40 (um milhão oitenta e dois mil trezentos e doze reais e quarenta centavos) considerando o valor anual.

GRUPO 0203 – Diagnóstico por anatomia patológica e Citopatologia.

➤ R\$ 2.089.545,12 (dois milhões oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e cinco reais e doze centavos) considerando o valor anual.



PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5 - Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor (APAE).

➤ R\$ 26.593,35 (vinte e seis mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos) considerando o valor anual.

Maysa da Cunha
Técnico Administrativo

ANEXO I

BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC

Os procedimentos a serem prestados através deste Credenciamento estão relacionados no BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC, o qual poderá ser acessado no seguinte endereço:

Endereço Eletrônico:

<https://www.saude.sc.gov.br/>

Informações Gerais

Programação Pactuada Integrada

PPI da Assistência Ambulatorial

Bloco de Procedimentos

Link:

<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/pt/programacao-pactuada-integrada?highlight=WyJwcGkiXQ==>